

A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964 – 1985) E SEUS REFLEXOS NO ENSINO DO MUNICÍPIO DE AUGUSTINÓPOLIS - TO

Valnei Rodrigues Feitosa ¹, Letícia Sales Rocha ¹, Heliena Barros dos Santos ¹, Viviane César ¹, Brennda Muniqi Cavalcante Passos Soares ²,

¹Licenciando em Ciências Biológicas – IFTO/ *campus* Araguatins. e-mail: <valnei@mail.uft.edu.br>

²Doutora em ciências da educação – IFTO/ *campus* Araguatins. e-mail: <brenndamuniqi@hotmail.com >

Resumo: Ditadura militar ou regime militar foi uma forma de governo autoritário onde o poder político no Brasil (1964 – 1985) foi efetivamente controlado por militares. Este trabalho tem como objetivo relatar de forma sucinta a história da ditadura militar no Brasil e mostrar as influências desse período na atual educação, no município de Augustinópolis - TO. Os resultados foram obtidos por meio de dois modelos de questionários de caráter qualitativo, conforme o tema proposto, direcionada ao público-alvo: profissionais docentes e para a sociedade civil que foi dividido em classes de idades: de 18 a 28 anos, de 29 a 58 anos e acima de 58 anos. Estes questionários foram entregues no município de Augustinópolis - TO. Foram respondidos no total 33 questionários, destes 12 foram professores, 8 foram pessoas com idade de 18 a 28 anos, 4 pessoas com idade entre 29 a 58 anos e 9 pessoas com idade acima de 58 anos. Na classe de 18 a 28 anos observou-se que a grande maioria está cursando ensino superior. Na classe acima de 58 anos verifica-se que a grande maioria tem o nível de escolaridade abaixo do ensino médio e alguns deles não tem escolaridade. Abordando o tema educação no período da ditadura militar, uma das respostas elaborada por um dos docentes licenciado em história da escola CEMVS, dizia o seguinte: “No contexto de formação de mão-de-obra, foi mais eficiente e objetivo. No contexto de formação humana deixou a desejar, pois a preocupação era a formação técnica”. Desta forma, a educação pode ser um importante instrumento de mudanças ou transformações sociais, políticas e culturais, mas sua estrutura institucional ainda é mantida por elemento de manipulação política - ideológica do que como meio fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Palavras-chave: Bico do papagaio. Ensino. Professores. Regime Militar.

1 INTRODUÇÃO

A história é um conjunto de conhecimentos relativos ao passado, conferindo sua importância para conhecermos as histórias do passado e assim compreender o nosso presente, pois de alguma forma o passado e o presente estão interligados entre si, o presente é consequência do passado, e como estamos fazendo história o futuro terá consequências do presente momento (ALBUQUERQUE, 2007).

De 1964 a 1985, depois da disposição de Jango, o Brasil foi submetido à Ditadura Militar. Os presidentes deixaram de ser escolhidos pelo o povo por voto direto e secreto. Agora, os presidentes eram todos generais do Exército, escolhidos em reuniões secretas dos comandantes das forças armadas (SCHMIDT, 2008).

O regime militar instaurado em 1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, deixou alguns legados cujos efeitos continuam afetando a situação social do país nos dias de hoje. Analisando a política educacional atual do Brasil, é notório alguns aspectos que se fazem presentes hoje, na educação brasileira que pertenceu ao período da ditadura militar (SAVIANI, 2008).

Os militares praticaram uma política educacional baseando-se num ensino para atender a demanda das classes sociais menos favorecidas. Se por um lado os militares utilizaram a política educacional como estratégia de hegemonia, por outro deixaram de fornecer a escolarização e

qualificação dos trabalhadores necessários ao Estado capitalista, privilegiando a classe elitizada em detrimento das classes populares sofredoras da exclusão social (PAULINO; PEREIRA, 2006).

No período da ditadura militar a educação pública foi vinculada aos interesses da carência de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, corroborando para a criação do ensino profissionalizante, isso favoreceu para privatização do ensino, pois a escola passou a ser um sistema organizacional de capacitação para o trabalho, visando suprir a demanda de profissionais para as empresas internacionais (LEME; TOTTI, 2015).

Partindo dos seguintes questionamentos: quais foram os pontos de influência do período regime/ditadura militar no Brasil (1964 – 1985) nas políticas educacionais atuais? Quais são as concepções da sociedade civil e professores da unidade básica de ensino em relação a essa inolvidável história? Buscou-se responder esses questionamentos por meio de uma investigação científica.

Este trabalho tem como objetivo apresentar de forma concisa a história da ditadura militar no Brasil (1964 – 1985), mostrando as influências desse período na atual educação, no município de Augustinópolis – TO. Conhecendo a história da ditadura militar no Brasil embasado nos relatos da sociedade civil e profissionais da docência fazendo uma alusão no período (1964 – 1985).

Diante de inúmeras dificuldades e desafios enfrentados pela educação brasileira, o período da ditadura militar (1965 – 1984) proporcionou muitas consequências, que podem ter trazido grandes reflexos que se repercutem até os dias atuais. Os problemas na sociedade em geral, inclusive na educação foram sendo empurrados ao longo dos séculos, e a ditadura foi um dos principais e importantes episódios que precisa de maior atenção, para que se possa analisar e compreender um pouco dos conflitos ocorridos atualmente essencialmente na educação brasileira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A propaganda feita pelo governo militar de fazer do Brasil uma grande potência, gerada pelo trabalho técnico qualificado, corroborou para algumas reformas educacionais, tais como a reforma universitária de 1968 e a reforma da educação de 1º e 2º graus de 1971 estabelecendo o ensino tecnicista (JR & BITTAR, 2008).

A reforma na educação de 1971, foi instituída pela lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB). Que dispunha no “Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania”. No parágrafo 1º do art. 1º dispõem que o ensino primário e ensino médio passa a ser chamado de ensino de 1º e 2º grau respectivamente (BRASIL, 1971).

Com a nova reforma educacional “o lema passou a ser o proposto pelo Taylorismo-Fordismo: racionalidade, eficiência e produtividade” (QUEIROZ & MOITA, 2007).

A Constituição de 1967, o artigo 169 estabelecia que cada Estado e o Distrito Federal organizariam seus sistemas de ensino, sendo obrigação da União presta assistência técnica e financeira para os sistemas de ensino (BRASIL, 1967). Isso corroborou para desigualdade educacional no país. A região Norte e Nordeste apresentam o menor índice de desenvolvimento educacional, comparado com as outras regiões do Brasil (CASTRO, 2009).

Sobre a educação no período militar, a professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), De Assis (2012, p.328) escreveu:

A Constituição de 1967 deixou claro o descomprometimento do Estado com relação ao financiamento da educação pública e o incentivo à privatização do ensino. Ela extinguiu os percentuais mínimos de recursos a serem aplicados na educação pela União, Distrito Federal e Estados. Apenas manteve a obrigatoriedade financeira dos municípios, no montante de 20% da receita tributária municipal por ano, investidos no ensino primário. A União, segundo esta Constituição, deveria prestar assistência técnica e financeira aos Estados e ao Distrito Federal para o desenvolvimento dos seus sistemas de ensino, mas não houve referência aos percentuais mínimos a serem despendidos. O que este documento assegurou, foi o ensino livre à iniciativa popular, com amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsas de estudo, ou seja, o estímulo à privatização é visível”

Para Saviani (2008, p. 297) a educação foi vinculada aos interesses e necessidades do mercado, pois era vista como:

[...] formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão de obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração, voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados; [...]

Conforme CHAUI & NOGUEIRA (2007) as multinacionais controlavam a economia e dominavam a classe operária por meio do trabalho fabril. Por isso, se fez necessário uma reforma na educação para atender a demanda das multinacionais que necessitava de mão de obra qualificada visto que, elas financiavam todas operações do governo militar.

Segundo Napolitano (2014, p.10) a data 1964 – 1985 gera debate até hoje, visto que:

[...] o Brasil passou por um turbilhão de acontecimentos que, em grande parte, nos definem até hoje e ainda provocam muito debate. A economia cresceu, alçando o país ao oitavo PIB mundial. Mas, igualmente, cresceram a desigualdade e a violência social, alimentadas em boa parte pela violência do Estado. A vida cultural passou por um processo de mercantilização, o que não impediu o florescimento de uma rica cultura de esquerda, crítica ao regime. [...]

Durante o período militar (1964 e 1985) as pessoas sentiam que seus direitos fundamentais mínimos de cidadãos foram violados, especialmente no que se referia ao direito à liberdade. Foram à luta contra a ditadura, principalmente junto aos jovens, através dos movimentos estudantis, que ganharam força em 1968, e também junto aos professores universitários e demais trabalhadores, inclusive os de chão de fábrica, através das suas organizações ocorridas no próprio local de trabalho ainda que incipientes (SALLES & STAMPA, 2016).

3 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos, elaborou-se dois modelos de questionários de caráter qualitativo relacionado ao tema proposto. As perguntas foram feitas de acordo com o público-alvo, profissionais docentes e para a sociedade civil, que foi dividido em classes de idades: de 18 a 28 anos, de 29 a 58 anos e acima de 58 anos. Estes questionários foram entregues no município de Augustinópolis - TO.

Os questionários foram entregues para sociedade civil na própria residência ou nas ruas principais do município Augustinópolis - TO, pois as pessoas foram escolhidas aleatoriamente. E os professores foram escolhidos segundo o critério: ser formado em algum curso superior e que lecionasse alguma disciplina na unidade escolar.

As escolas foram selecionadas através do método amostral aleatório, em que os nomes das escolas foram sorteados para não priorizar apenas algumas escolas. Então, foram duas escolas públicas selecionadas, a primeira foi a EEA que oferta apenas o ensino fundamental em período integral, e a segunda foi o CEMVS que oferta o ensino médio regular e técnico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram respondidos no total 33 questionários destes, 12 foram professores, 8 foram pessoas com idade de 18 a 28 anos, 4 pessoas com idade entre 29 a 58 anos e 9 pessoas com idade acima de 58 anos conforme a tabela 1.

Tabela 1. Distribuição do público-alvo.

ENTREVISTADOS	Nº DE ENTREVISTADOS	%
Professores	12	36,36
18 a 28 anos	8	24,24
29 a 58 anos	4	12,13
Acima de 58 anos	9	27,27
TOTAL	33	100

Na classe de 18 a 28 anos observou-se que a grande maioria está cursando ensino superior (figura 1). De acordo com MEC (2014), a região norte de 2003 a 2013 teve uma expansão significativa no número de matrículas no ensino superior, um crescimento de 76%. Resultado da maior oferta do ensino superior através das facilidades geradas pelos programas governamentais tanto para entrar como também para permanecer no ensino superior, programas tais como: Programa Universidade Para Todos (ProUni), Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), Programa Bolsa Permanência, Programas de Cotas entre outros (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

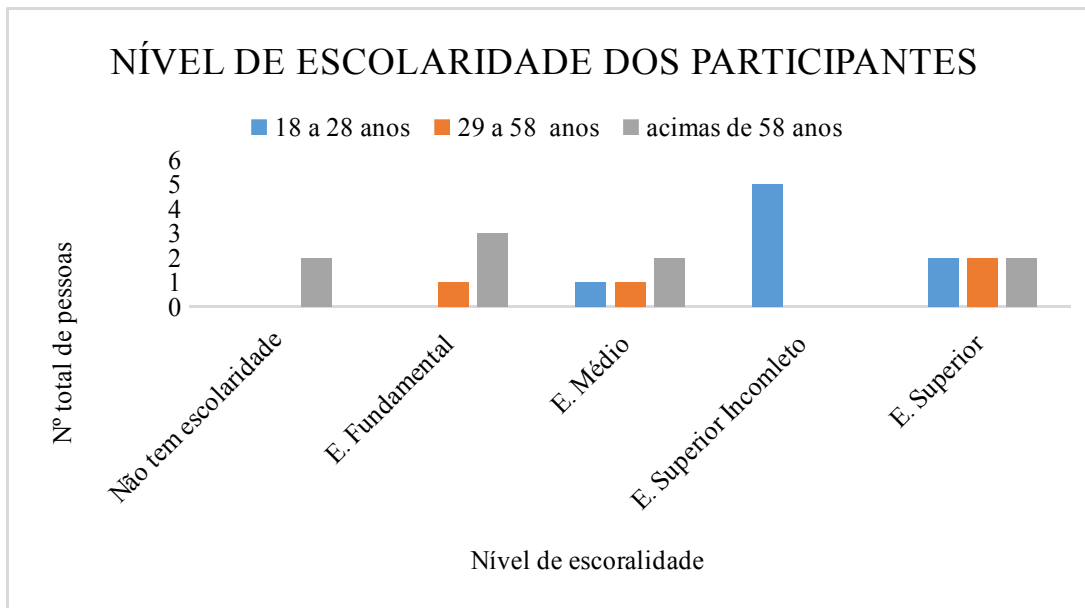


Figura 1. Gráfico apresentando o nível de escolaridade do público-alvo.

Ainda na classe de 18 a 28 anos nota-se pelos questionários, que todos têm algum tipo de conhecimento, ao pedir aos participantes da pesquisa para citarem fatos que aconteceram com eles na época escolar (alfabetização), que eles considerassem como reflexo da ditadura militar, muitos responderam sobre a organização em sala de aula, os castigos e que catavam o hino nacional semanalmente. Questionados, se caso o Brasil não tivesse passado por esse período militar a educação seria melhor? Alguns retrucaram dizendo que sim: “*teríamos uma educação com mais liberdade de expressão*”. Outro disse que não “*a educação no Brasil para melhorar não precisa de apenas um período militar*”.

Na classe de 29 a 58 anos, as pessoas tinham opiniões sobre a ditadura militar e afirmaram que foi um período muito rígido, que não podia andar na rua sem documentos, os menores de idade à noite deveriam andar acompanhado dos pais. Não tinha o direito para votar no presidente, pois era escolhido pelo senado.

Para um dos questionados, a educação: “*era excelente não tinha igual os professores tinham liberdade para ensinar, tinham autoridade em sala de aula*”. Para outro, a educação era “*bem rígida e os professores tinham autoridade para aplicar castigo*”. Ainda sobre educação uma das respostas dizia: “*tinhas suas dificuldades, porém tinhas suas vantagens era ensinado não somente as disciplinas curriculares como também disciplina, ordem, partidarismo, e o respeito, coisas que não vemos mais*”. E quanto à pergunta: se caso o Brasil não tivesse passado por esse período militar a educação seria melhor? Uns atestaram que sim, “*o país teria mais oportunidade de educação na época*”, e outros afirmaram que não “*a noção de respeito que temos hoje é do militarismo*”.

Na classe acima de 58 anos observou-se que a grande maioria tem o nível de escolaridade

abaixo do ensino médio e alguns deles não tem escolaridade como mostra a figura 1. Este fato é creditado pela falta de oportunidade da época, pois alguns entrevistados disseram que na época deles os filhos deveriam ajudar os pais no trabalho rural, e quando tinham a oportunidade de ir à escola era somente para aprender assinar o nome, já que os professores eram pagos pelos pais, e muitos deles não tinham condições de manter o filho na escola. Afirmam também que na zona rural não tinha escola pública.

Ao serem questionados como era a educação na sua época? Os idosos, responderam que os professores eram tidos como um segundo pai, os professores tinham autoridade para aplicar castigos severos aos alunos que não aprendesse o conteúdo ou desrespeitasse o professor.

Ao falar sobre a educação atual, relataram que estar muito bom, tem o transporte para buscar na zona rural, tem as escolas para todo nível de idade e tem a facilidade do acesso a informação por meio das tecnologias. Para eles, falta nos jovens o esforço para aproveitar os benefícios da educação, usar os recursos disponíveis para buscar o aprendizado.

Conforme os resultados obtidos por meio do questionário aplicado aos profissionais docentes, nota-se que quanto à formação desses profissionais alguns eram formados em pedagogia, letras, matemática, história e ciência da computação. Com isso foi possível ter uma visão dos professores de diferentes áreas em relação aos reflexos da ditadura militar na educação brasileira.

Dentre as perguntas feitas aos professores muitas se tratavam da educação no período da ditadura militar, dentre as questões uma pedia que eles comparassem a educação do regime/ditadura militar no Brasil com a educação atual, uma resposta elaborada por um dos docentes licenciado em história da escola CEMVS, dizia o seguinte: *“No contexto de formação de mão-de-obra, foi mais eficiente e objetivo. No contexto de formação humana deixou a desejar, pois a preocupação era a formação técnica”*. Confirmado nas palavras de Jr (2006, p.1161):

A política educacional do regime militar abrangeu ao longo dos seus vinte e um anos de duração, todos os níveis de ensino, alterando a sua fisionomia e provocando mudanças, algumas das quais visivelmente presentes no panorama atual. Pautado pela repressão, o Estado editou políticas e práticas que, em linhas gerais, redundaram no tecnicismo; na expansão quantitativa da escola pública de 1º e 2º graus à custa do rebaixamento da sua qualidade; no cerceamento e controle das atividades acadêmicas no interior das universidades; e na expansão da iniciativa privada no ensino superior.

Salienta-se que alguns docentes citaram que o número de estudantes e professores cresceu no período militar, mas a qualidade da educação se agravou aumentando dessa forma as desigualdades educacionais. E isso, pode ser apontado como uns dos principais pontos negativos visto que, segundo a resposta de uma das educadoras formada em Letras da Escola EEA, *“o governo militar pouco investia no Ensino e havia uma enorme expansão da educação sem qualificação”*. Desse modo, contribuiu para a má formação de profissionais tornando-os pessoas com pouco senso crítico sobre as questões sociais à sua volta.

Em uma época caracterizada principalmente pela censura, violência e perseguição a

educação também foi alvo de grande repressão. Dentro desse contexto, será que houve algo positivo que poderia auxiliar na melhoria da educação? Atualmente as escolas principalmente das metrópoles brasileiras passam por grandes conflitos, entre educadores e discentes fatos que preenchem as colunas de jornais e outros meios de comunicações. Um relatório feito em 2013, pela Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Teaching and Learning International Survey - TALIS), afirma que no Brasil 34% dos professores estão em escolas em que os próprios diretores dizem que percebem intimidação ou ofensa verbal entre os alunos semanalmente, e esse percentual segundo a pesquisa é bastante representativo em relação aos outros países.

Neste sentido, boa parte dos professores entrevistados da Escola EEA citou um dos valores mais importantes válido em qualquer âmbito social, o respeito, além de tantos pontos negativos vivenciados pela população no período da ditadura militar, na escola principalmente havia mais respeito entre os alunos e professores e não tinha, portanto, conflitos entre os mesmos pelo fato de ter regras que eram cumpridas à risca ou pelo contrário havia severas punições.

Um item do questionário perguntava se o Brasil não tivesse passado por esse período militar a educação teria sido melhor? Destaca-se, que alguns docentes responderam sem ao menos justificar sua resposta, outros cerca de aproximadamente 41% dos professores afirmaram que sim, pois disseram que a educação antes do golpe tinha educadores humanistas que lutavam pela inovação nessa área, e conforme o professor licenciado em história da Escola EEA, o ensino deveria ter avançado, mas isso se dá dependendo de fatores sociais, econômicos e políticos. Já 33% responderam que não, pois segundo um deles a educação atual se encontra dessa forma não pela influência somente da ditadura, mas pela falta de investimentos e vale ressaltar que os outros professores não responderam a essa questão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história o processo de ensino no Brasil foi repleto de debates e embates. O processo de urbanização no Brasil teve início no século XX, a partir do processo de industrialização que funcionou como um dos principais fatores para o deslocamento da população da área rural em direção a área urbana trouxe consigo novas necessidades quanto ao mercado de trabalho e impulsionando o cidadão em direção às universidades.

Desse modo, vale ressaltar a tese que admite que a história da educação está essencialmente condicionada pela transformação dos valores válidos para cada sociedade. Assim, as teorias e metodologias vistos como importantes instrumentos explicativos das diversas modificações que são submetidas à realidade escolar em todas as suas configurações.

Diante o exposto observamos que no município de Augustinópolis – TO, há uma grande oferta de todos os níveis de educação e há também uma massificação da educação, porém é uma edu-

cação de pouca qualidade que não se preocupa com o qualitativo e sim o quantitativo, o que importa são os números de pessoas estudando o ensino médio e entrando nas universidades. Um exemplo disso são os próprios professores da educação básica, que alguns dele não souberam responder o questionário sobre o período histórico vivido pelo Brasil. Ressalta-se também que alguns se recusaram e não quiseram colaborar com a pesquisa, pois afirmaram que não entendiam muito sobre o assunto. Muito dos problemas educacionais ou políticos que se pode verificar atualmente podem ser explicados pelos fatos que aconteceram ao longo dos anos.

Os reflexos da ditadura militar ainda estão presentes nos nossos dias trazendo certas discussões principalmente no que se refere ao modelo de prática de ensino. Alguns buscam uma educação de qualidade acompanhada de um ensino contextualizado. Do outro lado atribuem a má qualidade da educação por falta de um ensino nos moldes disciplinar onde os professores deveriam ter voz ativa em sala de aula, um currículo no modelo “tradicional”. Em meio a todo esse entendimento ainda não chegou ao um modelo de ensino onde possamos fazer da educação uma ferramenta de transformação social e que de fato inclua todos os indivíduos no universo do conhecimento.

Como vemos, tínhamos um ensino descontextualizado e baseado no acúmulo de informações. Ao contrário disso, temos que buscar dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização; mas vale ressaltar que hoje temos que evitar má interpretação da liberdade. O aprender de forma crítica é incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender, para que isso aconteça o docente precisa ter gestão de sala de aulas e liberdade para passear entre o currículo. Como foi visto, a educação pode ser um importante instrumento de mudanças ou transformações sociais, políticas e culturais, mas sua estrutura institucional ainda é mantida por elemento de manipulação política-ideológica do que como meio fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Bruno Pinto de. **As relações entre o homem e a natureza e a crise sócio-ambiental**. Rio de Janeiro, RJ. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Brasília: Junho, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 21 fevereiro. 2018.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971**

_____. **Constituição (1967)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1967. 416 p.

CASTRO, J.A. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade**. vol. 30, n. 108, p. 673-697. Campinas -SP, 2009.

CHAUÍ, M.; NOGUEIRA, M. A. O pensamento político e a redemocratização

Do Brasil. **Lua Nova**. n. 71 pp. 173-228. São Paulo -SP, 2007.

DE ASSIS, R. M. **A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos**. Educação em Perspectiva, Viçosa, v.3, n.2. p. 2012. Disponível em: <<https://educacaoem perspectiva.ufv.br/index.php/ppgeufv/article/viewFile/171/89>>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

JR, Amarílio Ferreira, BITTAR Marisa. **EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA TECNOCRÁTICA NA DITADURA MILITAR**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acessado: 27 de fevereiro de 2018.

LEME, Renata Bento; TOTTI, Marcelo Augusto. **Concepção tecnicista de ensino na política educacional implantada pela ditadura militar (1964 – 1985)**. 2015. **XXVII Congresso de Iniciação Científica da UNESP – UNESP**. Disponível em <http://prope.unesp.br/cic/admin/ver_resumo.php?area=100083&subarea=25134&congresso=37&CPF=35618289814>. Acesso em 09 de janeiro de 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro** / Marcos Napolitano. São Paulo. Contexto, 2014.

PAULINO, Ana Flávia Borges; PEREIRA, Wander. **A educação no estado militar (1964-1985)**. 2006. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/176AnaBorgesPaulino_e_WanderPereira.pdf>. Acesso em 09 de janeiro de 2018.

QUEIROZ, C. T. A. P. & MOITA, F. M. G. S. C. **Fundamentos sócio - filosóficos da educação ditadura militar, sociedade e educação no Brasil**. Natal: UEPB/UFRN. Campina Grande, 2007.

SALLES, Moacyr & STAMPA, Inêz. **Ditadura militar e trabalho docente**. Trabalho Necessário, nº 23. Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de. **ENSINO SUPERIOR: trajetória histórica e políticas recentes**. IX colóquio internacional sobre gestão universitária na América do Sul. Florianópolis-SC, 2009.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do regime militar. **CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade**. vol. 28, n. 76, pp. 291-312, Campinas –SP, 2008.

SCHMIDT, Mario. **Nova História Crítica**. 1. Ed. São Paulo: Nova Geração, 2008

TALIS, **Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem. Relatório Nacional**. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/pesquisa-talis>>. Acessado em 24 de fevereiro de 2018.